

AS TRÊS FIGURAS DA ETICIDADE

Paulo Meneses

“A seriedade, a dor, a paciência e o trabalho do negativo”.

Fenomenologia, Prefácio, § 19.

Essa frase de Hegel nos leva a buscar situações – ou figuras - que são valorizadas pela presença do negativo, isso é, em que o negativo faz parte da sua estrutura.

Podemos buscar mais longe no tempo, na figura da **esperança**, que para Aristóteles e S. Tomás se situa no apetite irascível e se caracteriza pela negação do obstáculo que se opõe à sua realização.

Na mentalidade moderna, a tão falada **tolerância**, é no fundo uma “negação da negação”, como já era a esperança, pois seu movimento se destina a destruir a intolerância (que é sempre primeira ou a atitude primária) que desejaria “proibir de ser” o outro. Parece muito pouco, mas é fundamental: as nações, classes e culturas estão ainda longe de admitir o outro, de renunciar a eliminá-lo pela violência, ou a extirpar sua alteridade, fazendo-o à imagem e semelhança do mesmo.

Dando um passo a mais, já em órbita hegeliana, temos o **reconhecimento**, que é sempre a superação do mal-estar, da estranheza e mesmo rejeição da alteridade. O reconhecimento vai além da tolerância, porque não só admite a alteridade, mas, no seu limite, aplaude a diversidade como a grande riqueza da condição humana. Reconhece não só o outro como igual, mas se reconhece no outro, e no reconhecimento que recebe do outro. É ele que estabelece um “Nós” na pluralidade dos Eus, e assim é a condição mesma do surgimento do Espírito.

Hegel desenvolve na Fenomenologia “as três figuras da moralidade”, que todas se situam no embate entre a consciência moral do indivíduo e o curso de mundo, que não parece corresponder à lei do coração (§ 360- 393). Luta inglória e no fundo, contraditória e auto-destrutiva.

Sem forçar o paralelismo, talvez pudéssemos dizer que temos aqui “as três figuras da eticidade”, onde já no “elemento” do Espírito, a negatividade destrói os obstáculos para que ele se manifeste, elimina as barreiras para que um “Nós” se constitua: o princípio da **esperança** abre

as cortinas do futuro e da generosidade; a **tolerância** cria as precondições para que o outro seja aceito e respeitado; e enfim, no **reconhecimento** se alcança a realidade efetiva desse movimento de suprassunção da alteridade, numa nova unidade espiritual; que é a última palavra da realização humana.

I. A ESPERANÇA

Vamos falar primeiro da **esperança**: tarefa difícil depois das palavras geniais de Péguy. Que força é essa que lança pontes sobre os maiores abismos do desespero, que faz surgir a luz nas trevas mais densas, que transforma a fraqueza em energia, o desânimo em coragem? Onde vem ela? Certamente, do mais íntimo do ser humano, de sua vontade de ser, de sua aposta de que a vitória é possível, porque é necessária. O obstáculo, o mal, jamais será mais forte do que nós: não passa de um desafio que tem por efeito mobilizar nossas forças para superá-lo.

Hegel é visto como o filósofo que se volta para o passado, porque tomam a metáfora da coruja - que só levanta o vôo no crepúsculo - como a síntese de toda a filosofia hegeliana. Mas isso é esquecer sua filosofia da história, que é movida pela ânsia da liberdade e que tem como sentido sua realização sempre mais plena. Por trás das aparências e decepções presentes, esse dinamismo trabalha como uma “brava toupeira”, indo na direção certa, - na direção da luz. Podia-se dar um exemplo recente desse trabalho de toupeira da liberdade: os horrores da era nazista deram ocasião a uma nova mentalidade, que tornou a ordem democrática e os direitos humanos, uma aquisição definitiva para a consciência social na atualidade.

Em Hegel encontra-se ainda radicalizado esse “obstáculo” que para S. Tomás era a condição (e a luta) da esperança. Aqui, o obstáculo não é algo externo, mas é a força da negação contra a qual se debate o Espírito e quanto mais parece naufragar ante essa potência, maior é sua vitória. Dois textos ilustram essa dialética:

Fenomenologia, § 340: “O Espírito é tanto maior quanto maior é a contradição da qual retorna para si mesmo”. Essa é a esperança hegeliana, que se mostra mais vitoriosa na medida que o obstáculo – que a afeta como contradição – é por ela superado no seu retorno a si mesma. Para além da imediatez do positivo “*bei sich*”, essa esperança é uma conquista de si mesma, mediada pela passagem forçada do poder da negação.

Fenomenologia, § 32: “A vida do Espírito não é a vida que diante da morte se apavora e se conserva intacta da devastação; mas é a vida que a suporta e nela se conserva. Sua verdade, ele somente alcança no dilaceramento absoluto. O Espírito não é essa potência como o positivo que foge do negativo, mas é essa potência só enquanto encara frontalmente o negativo, demora-se [e mora] junto dele. É esse demorar-se o poder mágico que faz o negativo virar ser”.

Veja-se como são fortes as expressões: esse obstáculo, longe de ser algo externo, é “devastação”, ‘dilaceramento’; e o Espírito tem de “demorar-se” junto ao negativo. Ainda mais: trata-se de um análogo da “criação *ex nihilo*” pois tanta é a criatividade do Espírito que faz jorrar essa irrupção do ser a partir da “devastação” do “dilaceramento” que nele produz o negativo. Mas é a força da esperança encarar isso sem medo, e demorando junto a ele fazer, por seu poder mágico, o nada virar ser.

Estamos em pleno campo da eticidade: essa esperança não é um anelo da “bela alma”, uma fuga da realidade dura em busca de utopias consoladoras, mas é toda voltada para um corpo a corpo com o mundo real: “A força do espírito só é tão grande quanto sua exteriorização: sua profundidade só é profunda na medida em que ousa expandir-se e perder-se em seu desdobramento” (*Fenomenologia*, § 10).

Assim, ficaram longe as “três figuras da moralidade” (§ 360 a 393): saímos daqueles lagos de subjetividade para o alto mar da eticidade, da efetividade.

Essa esperança, que nada tem a ver com a utopia, é a que perpassa o sistema hegeliano. Na expressão vulgar, consiste em “tirar leite das pedras”, e na verdade, mergulha até ao fundo do negativo para daí operar a reversão dialética rumo ao ser, à efetividade.

II – A TOLERÂNCIA

A concepção da tolerância é dificultada pela atitude do entendimento classificador, que não capta sua natureza dialética, devido a seu viés de tudo reduzir a “instantâneos”. Na verdade, a tolerância não é uma atitude indiferente e anódina. Mas sim, uma “negação da negação”: tem uma componente “beligerante”, consistindo em voltar-se contra a intolerância que é uma rejeição da alteridade, e no fundo, uma tentativa de “proibir de ser” (Paulo Freire) o outro, quer eliminando sua existência,

quer destruindo sua alteridade. A tolerância restabelece esse direito de ser do diferente e rejeita essa rejeição.

A tolerância é um conceito histórico, surgido junto com a modernidade e as Luzes, numa luta violenta com a intolerância dominante. Polemistas irados como Voltaire e Locke travaram uma batalha desigual contra a intolerância que reinava nas instituições e nas mentalidades. Essa “beligerância” caracterizou desde o início a defesa da tolerância, que exige não só uma morna resignação, - como quando se fala de “casas de tolerância” - mas requer a abolição de qualquer atitude de estigmatização.

A primeira reação do mesmo frente ao outro não é o acolhimento, nem muito menos o amor. A “dialética do Senhor e do Escravo” (*Fenomenologia*, § 178 ss) ilustra o paroxismo dessa oposição, que passa por uma luta de vida ou morte. De fato, é de vida e morte que se trata: enquanto houver povos se massacrando, raças e religiões exterminando a vida dos diferentes, a própria diversidade de sexos dando lugar a assassinatos freqüentes das mulheres, não se pode dizer que a tolerância está superada, e que já está na hora de falar em atitudes mais acolhedoras da diversidade. O século 20 foi o século dos genocídios, e nada garante que o século presente vá ser mais humano.

Então, a tolerância começa por deixar que o outro exista, o que já é grande coisa, quando em tantas partes do mundo continua a haver massacres de populações, e até mesmo nos países mais desenvolvidos a vida das mulheres não está nada garantida dentro de suas casas; como se o movimento da libertação das mulheres tivesse estimulado ainda mais a sanha assassina dos machistas.

E ainda há outro passo a ser dado rumo à tolerância: não basta respeitar a existência do outro; é preciso respeitar também sua alteridade. Nem sempre a intolerância parte em guerra para eliminar o diferente, muitas vezes se contenta com extirpar sua alteridade, fazendo-o assumir as formas e a cultura do mesmo. Notável estratégia dos colonizadores esclarecidos, e mesmo de missionários salesianos que na Amazônia proibiam os índios tukano de falarem sua própria língua. Essa assimilação é muitas vezes buscada pelo oprimido para tirar vantagens da situação.

Descaracterizando-se, na medida exigida pelo colonizador, salva-se talvez a vida, mas se perde a razão de viver e de ser: sacrifica-se sua própria alma. Grande parte de nossa juventude tem hoje a síndrome porto-riquenha: preferindo ser integrada no Império, mesmo sabendo que nele vai ter uma posição discriminada de cidadão de terceira classe. É de notar como as elites dos países que constituíam a cortina de ferro, têm hoje

como ideal o neo-liberalismo mais ortodoxo, voltando as costas para os tremendos problemas sociais de seus países. Como se vê, um fator ideológico acompanha esse tipo de colonialismo, segundo a frase de Rousseau: “Os escravos perdem tudo sob o jugo de seus grilhões, até mesmo o desejo rompê-los”.

Pertence à tolerância, por seu caráter de “negação da negação”, essa beligerância em defesa de nossa identidade, esse apego cioso à nossa diferença, contrapondo-se a todo etnocentrismo (eurocentrismo, imperialismo) que atente contra nossa diferença constitutiva. Uma luta sempre atual, que hoje tem de enfrentar a grande corrente mediática controlada pelas forças dominantes para “formar opiniões” alinhadas em favor da dominação, da desinformação, da descaracterização de nossa realidade.

Mas a tolerância como conceituamos, em sua característica dialética, tem a necessidade de ultrapassar-se, de ir além de si mesma. Vemos o que aconteceu no domínio político-religioso, que foi o primeiro campo de luta contra a intolerância. O que o início era simples tolerância da diversidade de crenças, deu um salto qualitativo para a situação de hoje: o respeito de todas as crenças ou opiniões em nome da liberdade de consciência, que é admitida como uma evidência não só pelos Estados modernos, mas também pela Igreja católica pós-conciliar. (Ver René Rémond, *A Laicidade*, em “*As grandes descobertas do cristianismo*”, Loyola, 2005, p.105). Existe, para falar como Hegel, um “instinto de razão” no íntimo da tolerância, que aponta para a igualdade efetiva e o reconhecimento do outro na sua diferença. Assim o próprio dinamismo da tolerância tem um núcleo positivo, e sua “beligerância”, uma vez negada a negação que proibia o outro de ser, tende para a positividade do respeito da liberdade e igualdade de todos.

A verdade da tolerância está no **reconhecimento**.

III – O RECONHECIMENTO

Hegel apresenta o reconhecimento a partir de sua célebre parábola “O Senhor e o Escravo”: dessa oposição radical, luta de vida e morte, surge o *reconhecimento*, que é na verdade uma *reconciliação*, a tal ponto determinado está pela negatividade donde procede; como as figuras anteriores, trata-se de uma “negação da negação”. É curioso que Hegel, sendo protestante, pense o reconhecimento em termos de confissão,

perdão e reconciliação: não só na *consciência infeliz* que se confessa com o mediador para estabelecer sua reconciliação com o Imutável (na verdade, seu pólo superior, ou o Senhor, produzido por sua divisão interna) (§ 230), mas já *no final da moralidade* (e no termo da Fenomenologia) quando a consciência universal ouve em confissão a consciência pecadora e se reconcilia com ela (§ 671: “O sim da reconciliação, no qual os dois Eus abdicam de seu ser-aí oposto, é o ser-aí do Eu expandindo-se em dualidade, e que aí permanece igual a si; e que em sua completa extrusão e contrário tem a certeza de si mesmo: é o deus que se manifesta no meio daqueles que se sabem como o puro saber”. É que o espírito surge então em sua plenitude: depois disso, o *saber absoluto* (§ 788-808) é a recapitulação, a nível do conceito, de todo o percurso fenomenológico.

Não fica claro como o Senhor e o escravo, a partir dessa oposição de vida e morte, realizam sua reconciliação. Seus caminhos são expostos em paralelo Mas como o escravo realiza um movimento ascendente, formando-se por seu trabalho em que dá sua forma às coisas § 194ss.), e o Senhor, apático e parasitário, somente consome e destrói (§ 190ss), e se torna cada vez mais dependente do escravo, nalgum ponto desse caminho devem encontrar-se, e embora não se fale de confissão, vão reconhecer-se e reconciliar-se: o Senhor abandonando sua pose senhoril, - ao ver que se tornara escravo de seu escravo - e o escravo abdicando de sua submissão, descobrindo que é tanto “para-si” como o Senhor, que deixa de ser seu ponto de referência; e se revela em si igual ao que fora antes seu escravo.

A descrição do reconhecimento é minuciosa nos § 178 a 187, tendo como continuação a “Dialética do Senhor e do Escravo” (§ 187 – 196). “Para a consciência-de-si há uma outra consciência-de-si” (§ 179). “O agir de uma de uma tem o duplo sentido de ser tanto seu agir como o agir da outra” (§ 182) “Por conseguinte, o agir tem duplo sentido, não só enquanto é agir quer sobre si mesma, quer sobre o Outro, mas também enquanto indivisamente é o agir tanto de um quanto de Outro” (§ 183). “Esse puro conceito do reconhecimento é a duplicação da consciência-de-si em sua unidade” (§ 185).

“Para nós, portanto, já está presente o conceito do espírito. Para a consciência, o que vêm a ser mais adiante, é a experiência do que é esse espírito: essa substância absoluta que na perfeita liberdade e independência de sua oposição - a saber, das diversas consciências-de-si para si essentes - é a unidade das mesmas: Eu que é Nós, Nós que é Eu (§ 177).

- O reconhecimento está, portanto presente desde que haja uma pluralidade de consciências. Diríamos que está presente em princípio, em seu conceito. Mas o pleno reconhecimento efetivo e universal, a que tende pela própria exigência do espírito, é um longo processo e só no termo se alcança; a saber no Estado moderno democrático, capaz de constituir todos os seus membros em cidadãos de verdade, e de dar condições para que se realizem plenamente, todos reconhecendo e sendo reconhecidos por todos.

De fato, o processo em busca desse pleno reconhecimento é acidentado, como também é recorrente sob várias formas a relação Senhor e Escravo. Por exemplo, falta no Mundo ético da Grécia o despertar da subjetividade: essa substância compacta em que imergem os indivíduos, não facilita seu reconhecimento como indivíduos, e quando surgem como individualidades cômicas de sua subjetividade, aquele mundo entra em declínio.

O espírito crítico da Comédia procede à dissolução desse mundo, mas desemboca no “Estado de direito”(§ 477ss), onde os indivíduos são átomos sem solidariedade e sem poder . Então ressurgem as figuras do Senhor e do Escravo: o Senhor representado pelo estoicismo como seu culto da razão (§197ss), e o escravo representado pelo trabalho de destruição a que procede o cepticismo, que pondo abaixo toda estrutura do pensamento e da sociedade, contribui para a pulverização sobre a qual reina o único Senhor do mundo. Vem depois a consciência infeliz (§ 207ss), em que o Senhor e o escravo são pólos da mesma consciência; mas ela não se reduz a essa antinomia que a infelicitava, pois pelo trabalho transforma a “Floresta negra” em hortas e searas. Infelizmente, devido à obsessão por sua infelicidade, por identificar-se com o pólo inferior, nem vê que a reconciliação já está feita e que o Incondicionado a recebeu em seus braços (§ 230).

Vem então a alienação da era da Cultura (§ 487 ss). Difícil o reconhecimento no meio de tantas alienações. A consciência nobre toma ares senhoris, e a consciência vil se identifica com o lado escravo, e se torna dilacerada através de um trabalho de demolição análogo ao de cepticismo; que não leva a nada de positivo: como o cepticismo deságua na tirania do Senhor do mundo, o pensamento dilacerado desemboca na “liberdade absoluta e no Terror”. Nisso dá, como sempre, dissolver as estruturas do pensamento e da sociedade, como o tinham feito a comédia e o cepticismo.

Depois do mundo da cultura e da revolução francesa, o espírito do mundo se traslada para a Alemanha e assume a forma da *Moralität*

kantiana (§ 596). Grande salto em que a consciência fenomenal se aproxima do saber absoluto, no final de seu longo percurso. O ponto de passagem é quando a consciência universal confessa a consciência pecadora, e lhe concede seu perdão; por sua reconciliação ambas se unificam e identificam num plano superior, que é a própria realidade do espírito (§ 671).

Mas é na *Enciclopédia* e depois na *Filosofia do Direito e do Estado* que Hegel apresenta sua visão política definitiva, que na *Fenomenologia* estava em estado embrionário. O Estado, instância suprema da eticidade e do espírito efetivo, não só é o ponto de chegada da realidade social, mas a constitui por seu poder unificador. O Estado moderno, pluralista e democrático, é feito pela convergência de uma grande pluralidade de reconhecimentos e também de reconciliações: as diferenças étnicas, culturais, sexuais, religiosas convergem nele para formar uma unidade rica de diferenças, suprasumidas na sua diversidade irreduzível, mas coexistindo na realidade última do Estado. Por sua vez, cabe ao Estado assumir e possibilitar essa riqueza multiforme, proporcionando condições para a liberdade e reconhecimento universal de todos e de cada um. A universalidade do reconhecimento de cada indivíduo em sua plena cidadania faz do Estado essa unidade suprema, e última palavra do espírito efetivo.

Superior ao Estado, para Hegel, só mesmo o Espírito absoluto – a arte, a religião e a filosofia, nessa ordem – que já supõem o reconhecimento universal, por obra e graça do Estado.